

2030



WORKSHOP DE INTERCÂMBIO DE BOAS PRÁTICAS SOBRE A **AGENDA 2030**

E OS AVANÇOS/DESAFIOS NAS
METAS RELACIONADAS À
PROTEÇÃO SOCIAL

COM O APOIO DE:



MINISTERIO
DE ASUNTOS EXTERIORES, UNIÓN EUROPEA
Y COOPERACIÓN



WORKSHOP DE INTERCÂMBIO
DE **BOAS PRÁTICAS**
SOBRE A **AGENDA 2030**

E OS AVANÇOS/DESAFIOS NAS
METAS RELACIONADAS
À **PROTEÇÃO SOCIAL**



Organização Ibero-Americana de Seguridade Social, Madri,
Março de 2025.

A responsabilidade pelas opiniões expressas neste trabalho é exclusiva de seus autores, e sua publicação, em hipótese alguma, pode ser considerada como reflexo da opinião da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS) ou da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

É proibida a utilização deste trabalho para fins comerciais.

Este documento é publicado como uma contribuição aos governos nacionais dos países ibero-americanos, ao sistema de cooperação internacional e à sociedade civil em geral. Portanto, sua reprodução é autorizada, desde que a fonte seja mencionada e sem fins lucrativos.

Esta publicação deve ser citada como: OISS. (2025). Workshop sobre o intercâmbio de boas práticas sobre a Agenda 2030 e os avanços/desafios nos objetivos relacionados à proteção social. Organização Ibero-Americana de Seguridade Social, Madri.

Em caso de dúvidas, entre em contato com a Secretaria-Geral do OISS:

Telefone: (34) 91 561 17 47

Endereços corporativos para contato: www.oiss.org

Secretaria-Geral: sec.general@oiss.org

Com o apoio de:



WORKSHOP DE INTERCÂMBIO
DE BOAS PRÁTICAS
SOBRE A **AGENDA 2030**

E OS AVANÇOS/DESAFIOS NAS
METAS RELACIONADAS
À **PROTEÇÃO SOCIAL**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
PARTE I	9
I. INTRODUÇÃO À AGENDA 2030	10
ORIGEM E ORGANIZAÇÃO	10
MISSÃO	17
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	23
PARTE II	
II. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VS. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	28
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	31
ATORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	39
IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	40
ANEXO	
Agências e escritórios da Organização das Nações Unidas	42
III. RESUMO	48
IV. BOAS PRÁTICAS	49
V. SESSÕES PARALELAS	58
VI. CONCLUSÕES	60
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

No contexto das atividades de treinamento realizadas pela Organização Ibero-americana de Seguridade Social (OISS), foi desenvolvido o Workshop para o intercâmbio de boas práticas na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

15 anos se passaram desde que a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) a adotou, em setembro de 2015, e ainda há um longo caminho a percorrer para atingir plenamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nela estabelecidos. Os objetivos fundamentais têm sido a eliminação da pobreza, a redução das desigualdades e a proteção do planeta; no entanto, o compromisso dos países tem variado em intensidade desde o início. Além disso, a pandemia da COVID-19, a situação geopolítica — com diferentes guerras que começaram ou se intensificaram —, bem como o aumento dos preços e a crise energética, impactaram negativamente a evolução da implementação de medidas para atingir esses objetivos.

Em 2019, o secretário-geral da ONU convocou todos os setores da sociedade a se mobilizarem para uma década de ação. A OISS respondeu a isso com uma série de ações destinadas a conscientizar as instituições dos sistemas de seguridade social e proteção social sobre a importância da Agenda 2030 e, em particular, do ODS 1, que busca acabar com a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo, e o cumprimento da Meta 1.3. Implementar sistemas e medidas de proteção social adequados em nível nacional para todos e, até 2030, alcançar uma cobertura abrangente dos pobres e mais em situação de vulnerabilidade.

A OISS promove a conscientização sobre os compromissos assumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e como os órgãos com competências em seguridade e proteção social podem contribuir para o cumprimento do ODS 1 e da Meta 1.3. Apesar do progresso significativo feito pelas metas específicas em cada

um dos objetivos, ainda é difícil para muitas organizações identificar ações concretas que possam ser adotadas para realizar esses objetivos.

Por esse motivo, a OISS realizou esse workshop para identificar as boas práticas já existentes e os elementos que podem ser replicados pelas entidades de seguridade e proteção social da região. Como parte dessa reflexão, também apontamos os avanços e os desafios pendentes no cumprimento da Agenda 2030.

Assim, este documento, estruturado em dois blocos, tem como objetivo apresentar uma introdução à Agenda 2030, dividida em duas partes: uma que aborda sua origem, organização, missão e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e outra que compara os ODS com os ODM, além de analisar os ODS, seus objetivos, os atores envolvidos e os efeitos da pandemia da COVID-19. Por outro lado, também tem como objetivo fornecer um resumo do workshop sobre os ODSs, disseminar as boas práticas apresentadas no workshop, bem como as sessões paralelas realizadas para a elaboração de propostas de melhoria no cumprimento da Agenda 2030. Por fim, são incluídas as conclusões.

Com relação ao workshop, seu objetivo geral é promover o envolvimento e a implementação de medidas das entidades de seguridade e proteção social para avançar no cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Em termos de objetivos específicos, vale mencionar o seguinte:

- Conhecer a Agenda 2030, seus objetivos e metas.
- Analisar os desafios de incorporá-la à administração pública.
- Desenvolver uma proposta sobre como integrar a perspectiva de desenvolvimento sustentável à gestão pública.

Nesse contexto, o desenvolvimento de ações para o intercâmbio de boas práticas em todos os níveis ganha mais força e importância para recuperar o ímpeto das políticas que facilitam um mundo sem pobreza, mais justo, equitativo e sustentável.

PARTE 1



I. INTRODUÇÃO À AGENDA 2030

| ORIGEM E ORGANIZAÇÃO

Em primeiro lugar, para abordar o estudo da Agenda 2030, sua importância e suas implicações nas diferentes áreas da sociedade, é necessário saber o que é a Organização das Nações Unidas (ONU), sua origem, seu significado e seu papel ao longo dos anos na promoção das políticas essenciais para alcançar um mundo melhor para todos. E esse é justamente um de seus pontos fortes: conseguir envolver todos os estados, governos, agentes sociais e cidadãos em seus desafios.



Oficialmente, a Organização das Nações Unidas foram estabelecidas em 24 de outubro de 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial. O nome Nações Unidas foi proposto pelo então presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, que o usou pela primeira vez em 1º de janeiro de 1942, quando representantes de 26 nações aprovaram a “Declaração das Nações Unidas”. Nela, seus respectivos governos se comprometeram a continuar lutando juntos contra as Potências do Eixo.

Entre agosto e outubro de 1944, representantes da China, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos apresentaram propostas para a futura Carta das Nações Unidas em reuniões ocorridas em Dumbarton Oaks (EUA). Em 1945, representantes de 50 países discutiram a questão em São Francisco, na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional.

| Precedentes. A ideia de uma organização supranacional havia surgido anos antes, com a Liga das Nações, proposta durante a Primeira Guerra Mundial e estabelecida em 1919 no Tratado de Versalhes, que encerrou a guerra. Seu objetivo era “promover a cooperação internacional e alcançar a paz e a segurança”. Os Estados Unidos não faziam parte dessa Liga das Nações, que foi dissolvida quando não conseguiu atingir seu objetivo, ou seja, não conseguiu evitar a Segunda Guerra Mundial.

Outros precedentes relevantes ocorreram entre 1865 e 1874, quando os Estados criaram várias organizações internacionais para cooperar em questões específicas. Nesse contexto, nasceram a União Internacional de Telecomunicações, fundada em 1865 com o nome de União Telegráfica Internacional, e a União Postal Universal, criada em 1874. Ambas são agora agências especializadas dentro das Nações Unidas.

Em 1899, a Conferência Internacional da Paz, em Haia, foi realizada para elaborar instrumentos para a solução pacífica de crises, codificando as normas de guerra e prevenindo-a. A Conferência aprovou a Convenção para a solução pacífica de disputas internacionais e estabeleceu a Corte Permanente de Arbitragem, que começou a funcionar em 1902.

A elaboração da Carta das Nações Unidas exigiu vários anos de preparação, durante os quais os seguintes momentos podem ser destacados:

12 de junho de 1941: A Declaração do Palácio de St. James

1943: As Declarações de Moscou e Teerã

quinta-feira, 14 de agosto de 1941: A Carta do Atlântico

1944-1945: Conferência sobre a Organização de Segurança para a Paz no mundo pós-guerra

quinta-feira, 1 de janeiro de 1942: Conferência de Dumbarton Oaks e Yalta: Declaração das Nações Unidas



A sede das Nações Unidas foi estabelecida em Nova York.

A Carta outorga à ONU o poder de agir em diferentes áreas dos problemas da humanidade, como paz, segurança, mudança climática, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, desarmamento, terrorismo, emergências humanitárias e de saúde, igualdade, governança, produção de alimentos etc., todas abrangidas pela Agenda 2030, como será discutido a seguir.

Seu **caráter internacional** também oferece um fórum para que seus membros expressem suas opiniões nos diversos órgãos de discussão e decisões, como a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança ou o Conselho Econômico e Social. Dessa forma, pretende-se que as Nações Unidas também sirvam como um ponto de encontro para os responsáveis dos diferentes países, o que é útil para chegar a acordos e analisar posições comuns com o objetivo de resolver problemas em conjunto.

RESUMO

A Organização das Nações Unidas foi criada em 1945, após a devastação causada pela Segunda Guerra Mundial, com um objetivo muito claro: manter a paz e a segurança internacionais. Dessa forma, ela tenta evitar conflitos chegando a um acordo entre as partes envolvidas na disputa. A responsabilidade final pela manutenção da paz e da segurança internacionais cabe ao Conselho de Segurança, sem prejuízo do trabalho da Assembleia Geral e do secretário-geral.

Os principais órgãos da ONU, criados desde sua fundação, são a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado da ONU.

Em 2020, a Organização comemorou seu 75º aniversário.

A seguir, apresentamos uma breve análise dos principais órgãos da Organização das Nações Unidas.



1 Assembleia Geral

2 Conselho de Segurança

3 Conselho Econômico e Social

4 Conselho de Tutela

5 Corte Internacional de Justiça

6 Secretariado

1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão representativo, normativo e deliberativo da ONU. É o único com representação universal, pois é composto por todos os 193 Estados-membros. Eles se reúnem todos os anos em setembro no Salão da Assembleia Geral, em Nova York. Nos primeiros dias, realiza-se um debate geral no qual vários chefes de estado participam e discursam.

A tomada de decisões na Assembleia Geral requer uma maioria de dois terços em questões de importância vital, como paz e segurança, admissão de novos membros e questões orçamentárias. Outras questões são decididas por maioria simples. A cada ano, é eleito um presidente, o qual exerce esse cargo por um período de doze meses.

De acordo com a Carta, a Assembleia Geral pode fazer recomendações sobre os princípios gerais de cooperação, tanto para a manutenção da paz e da segurança internacionais (incluindo o desarmamento) quanto para a solução pacífica de qualquer situação que possa prejudicar as relações de amizade entre os países. A Assembleia Geral também pode tratar de qualquer questão

relacionada à paz e à segurança internacionais e fazer recomendações caso o Conselho de Segurança não tenha abordado a questão até aquele momento.

2. Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança tem a responsabilidade principal, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas, de manter a paz e a segurança internacionais. Possui 15 membros (5 permanentes e 10 não permanentes). Cada um tem um voto, porém os 5 permanentes têm o poder de veto.

De acordo com a Carta, todos os Estados-membros são obrigados a adotar as decisões do Conselho. O Conselho de Segurança lidera a tarefa de determinar a existência de ameaças à paz ou atos de agressão. Ele solicita que as partes envolvidas em um conflito cheguem a um acordo por meios pacíficos e recomenda métodos de ajuste ou termos de acordo. Em alguns casos, o Conselho de Segurança pode recorrer à imposição de sanções ou até mesmo autorizar o uso da força para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais. A presidência do Conselho de Segurança é rotativa e muda a cada mês.

Além disso, o Conselho de Segurança toma a iniciativa e determina se há uma ameaça à paz ou um ato de agressão. Ele solicita às partes envolvidas no conflito que o resolvam pacificamente e recomenda métodos de ajuste ou condições para o acordo. O Conselho também autoriza operações de manutenção da paz e missões políticas especiais.

3. Conselho Econômico e Social

O Conselho Econômico e Social é responsável por lidar com questões econômicas, sociais e ambientais, através da análise das políticas que se adaptam, sua coordenação e criação de recomendações. Ele também zela pelo cumprimento dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente. Além disso, serve como mecanismo central para as atividades do sistema da ONU e de suas agências especializadas nos campos econômico, social e ambiental, pois supervisiona os órgãos subsidiários e especializados.

A Assembleia Geral elege os 54 membros desse conselho para mandatos de três anos que se sobrepõem. É a plataforma central das Nações Unidas para reflexão, debate e pensamento inovador sobre desenvolvimento sustentável.

4. Conselho de Tutela

O Conselho de Tutela foi criado em 1945. De acordo com o Capítulo XIII da Carta das Nações Unidas, sua missão era a supervisão internacional dos 11 territórios sob tutela (Samoa Ocidental; Tanganica; Ruanda-Urundi; Camarões sob administração britânica; Camarões sob administração francesa; Togo sob administração britânica; Togo sob administração francesa; Nova Guiné; Nauru; Territórios estratégicos sob tutela/Território sob tutela das Ilhas do Pacífico; Somália italiana), colocados sob a administração de 7 Estados-membros, além de garantir que esses territórios estivessem preparados para a autonomia e independência.

Em 1994, todos os territórios sob tutela haviam conquistado autonomia e independência, e o Conselho de Tutela suspendeu suas operações em 1º de novembro de 1994. Por meio de resolução, o Conselho alterou seu regimento para eliminar a obrigação de se reunir anualmente e concordou em fazê-lo conforme a situação exigisse: por decisão própria ou do presidente, ou por solicitação da maioria dos membros da Assembleia Geral ou do Conselho de Segurança.

5. Corte Internacional de Justiça

A Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judicial das Nações Unidas. Sua sede fica no Palácio da Paz, em Haia, Holanda. É o único dos seis principais órgãos da Organização que não está localizado em Nova York. Sua função é resolver, de acordo com o direito internacional, disputas jurídicas apresentadas por Estados individuais e emitir pareceres consultivos sobre questões jurídicas apresentadas por órgãos autorizados e agências especiais.

6. Secretariado

O Secretariado é chefiada pelo secretário-geral e é composto por dezenas de milhares de funcionários internacionais, que trabalham em vários postos de trabalho em todo o mundo, realizando diariamente o trabalho determinado pela Assembleia Geral e pelos outros órgãos principais. O secretário-geral é o Diretor Administrativo da Organização. O pessoal da ONU é recrutado internacional e localmente e trabalha em postos de trabalho e missões de paz em todo o mundo. Infelizmente, desde a fundação das Nações Unidas, centenas de homens e mulheres perderam a vida a serviço da causa da paz, dada a natureza perigosa das áreas em que servem em prol da paz.

Além disso, há várias organizações afiliadas à ONU, que têm seus próprios membros. Elas podem assumir a forma de fundos, programas ou agências especializadas. Cada uma tem sua própria liderança e orçamento. Os fundos e programas são normalmente financiados por contribuições voluntárias, enquanto as agências especializadas, que têm o status de organizações internacionais independentes, são financiadas tanto por contribuições obrigatórias quanto por voluntárias (Anexo I).



| Logotipo. Foi elaborado para identificar as Nações Unidas perante as pessoas em caso de conflitos, mas também se tornou um símbolo de paz e unidade para todas as pessoas do mundo. O logotipo original foi criado por uma equipe de designers liderada por Oliver Lincoln Lundquist, durante a conferência das Nações Unidas de 1945. O desenho é “um mapa do mundo representando uma projeção azimutal equidistante centralizada no Polo Norte, inscrito em uma coroa composta pelos convencionais ramos de oliveira cruzados, em dourado sobre um fundo azul claro com toda a superfície hidrográfica em branco. A projeção do mapa se estende até 60° de latitude sul e inclui cinco círculos concêntricos”. Ele foi adotado definitivamente após sua aprovação em 7 de dezembro de 1946.

| Idiomas. Outro aspecto importante das Nações Unidas é o aspecto linguístico, já que os Estados-membros geralmente não só têm visões

diferentes, mas também falam idiomas diferentes. Como resultado, foram adotados seis idiomas oficiais: **árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo**. Para a ONU, a interpretação e a tradução corretas desses seis idiomas são muito relevantes, pois são de vital importância para uma comunicação clara e precisa em todos os assuntos.

Os delegados podem falar em qualquer um dos seis idiomas, e há tradução simultânea para os outros idiomas oficiais. Se o delegado optar por falar em um idioma não oficial, sua delegação deverá fornecer uma interpretação ou um texto de sua declaração escrita em um dos idiomas oficiais. A maioria dos documentos da ONU é emitida em todos os idiomas oficiais.



A fim de promover o multilinguismo e a diversidade cultural, foi estabelecido um dia comemorativo para cada um dos idiomas oficiais:

- Árabe (18 de dezembro)
- Chinês (20 de abril)
- Inglês (23 de abril)
- Francês (20 de março)
- Russo (6 de junho)
- Espanhol (23 de abril)

| MISSÃO

No cumprimento de sua missão, a **ação preventiva** é essencial, pois a melhor maneira de reduzir o sofrimento humano e os custos econômicos dos conflitos é por evitá-los. O uso da diplomacia e da mediação é essencial para atingir seu objetivo, e os enviados especiais e as missões políticas em campo são muito importantes.



Dentre todas as ações realizadas pelas Nações Unidas, **as operações de manutenção da paz** são particularmente importantes, pois não apenas tentam evitar conflitos, mas também desempenham um papel determinante nos processos políticos, ajudam nos processos de desarmamento,

na desmobilização e reintegração de exércitos, além de proteger os civis. Elas também são de grande ajuda nos processos constitucionais e eleitorais, pois promovem os direitos humanos e auxiliam na restauração do estado de direito, quando necessário. Essas ações são aprovadas pelo Conselho de Segurança, liderado pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz, e é responsabilidade dos Estados-membros fornecer as tropas e os policiais. Um total de 71 operações foram estabelecidas desde 1948.

Por outro lado, há atividades para a consolidação da paz, que visam auxiliar países e regiões na transição da guerra para a paz, buscando principalmente reduzir a probabilidade de reiniciar os conflitos, lançando as bases para conseguir uma paz duradoura acompanhada de um desenvolvimento econômico e social sustentável. Essa função é realizada pela Comissão para Consolidação da Paz, pelo Fundo de Consolidação da Paz e pelo Escritório de Apoio à Consolidação da Paz.

RESUMO

Assim, podemos concluir que as operações de manutenção da paz e as missões políticas e de consolidação da paz conduzidas pelas Nações Unidas são de importância especial. Além disso, elas capacitam a população a lutar por seus direitos e, assim, forçam os Estados e outras instituições a cumpri-los, ao mesmo tempo em que facilitam o início do caminho das reformas legais, judiciais e sociais destinadas a garanti-las, com ênfase nos sistemas de segurança e penitenciários. Sua importância no combate à violência sexual contra mulheres e crianças em conflitos armados também não deve ser esquecida.

Por último, vale mencionar que, nos últimos anos, o terrorismo se tornou uma preocupação crescente na maioria dos países, e há uma demanda cada vez maior para que as Nações Unidas assumam um papel ativo na luta contra o terrorismo, coordenando políticas antiterroristas. Com esse objetivo, a primeira Estratégia Global Antiterrorismo da ONU foi aprovada em setembro de 2006. Ela se soma aos esforços para o desarmamento e eliminação de armas nucleares e outras armas de destruição em massa.

Outro pilar essencial na atuação da ONU é a defesa dos **direitos humanos**; é preciso ter sempre em mente que o termo direitos humanos aparece até sete vezes na Carta de fundação da ONU. Seu ponto culminante foi a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se tornou o primeiro documento legal de proteção dos direitos humanos. Desde então, vários tratados internacionais e instrumentos legais têm zelado pelo seu cumprimento.

O órgão competente para a promoção e proteção dos direitos humanos é o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Ele também apoia departamentos de direitos humanos que fazem parte de missões de manutenção da paz em diferentes países. Para isso, conta com um grande número de centros e escritórios regionais e nacionais. O Alto Comissariado tem até mesmo a competência e a autoridade para investigar e relatar situações irregulares.

Em 2006, o Conselho de Direitos Humanos foi estabelecido, substituindo a Comissão de Direitos Humanos como o órgão intergovernamental responsável pelos direitos humanos. O Conselho é auxiliado pelos órgãos de tratados de direitos humanos, compostos por comitês de especialistas independentes encarregados de monitorar a correta aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos.

O principal suporte legal para a missão da ONU de respeitar os direitos humanos é justamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que é o primeiro texto legal que os defende, sem prejuízo dos textos e tratados adotados posteriormente.



IMPORTANTE

A democracia e o estado de direito são extremamente importantes porque são um meio essencial para alcançar a paz e a segurança internacionais, o progresso e o desenvolvimento econômico e social, bem como o respeito aos direitos humanos. Portanto, esses são os três pilares fundamentais da missão da ONU, conforme estabelecido em sua Carta de fundação. Essa relevância foi endossada na Cúpula Mundial de 2005, onde todos os governos afirmaram que “a democracia é um valor universal baseado na vontade livremente expressa dos povos de determinar seus próprios sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais e sua plena participação em todos os aspectos de suas vidas”, e enfatizaram que “a democracia, o desenvolvimento e o respeito a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são interdependentes e se reforçam mutuamente”.

Os princípios democráticos fazem parte da estrutura normativa da Organização. Como resultado da Cúpula, foi elaborada a Nota de Orientação sobre Democracia, emitida pelo Secretário Geral em 2009, que estabelece as normas fundamentais e fixa os parâmetros dos principais padrões, referências institucionais e metas que se mostraram úteis para harmonizar o trabalho de apoio ao desenvolvimento democrático.

Dentro da estrutura da ONU, há uma multiplicidade de órgãos intergovernamentais e interdepartamentais que lidam com várias questões de direitos humanos:



Assembleia Geral:

decisões políticas e recomendações aos Estados-membros da ONU.



Conselho Econômico e Social:

o Fórum Permanente sobre Questões Indígenas é de particular importância.



Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos:

apoio e consultoria a Estados, agências e organizações.

Em 24 de fevereiro de 2020, o secretário-geral António Guterres emitiu um Apelo à Ação pelos Direitos Humanos. “Os direitos humanos são nossa ferramenta mais poderosa para ajudar as sociedades a crescer em liberdade”, disse ele aos Estados-membros na abertura da 13ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, enquanto detalhava um plano de sete pontos para uma mudança positiva. Ecoando o apelo por mudanças, a Alta Comissária para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, disse que, embora as ameaças aos direitos humanos, ao desenvolvimento e à paz estejam aumentando, também estão aumentando as soluções práticas e viáveis para esses problemas.

Na Carta de fundação consta que um dos objetivos que dá sentido à existência das Nações Unidas é alcançar a cooperação internacional na solução de problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário. Isso explica seu surgimento após a Segunda Guerra Mundial, quando desempenhou um papel fundamental na reconstrução da Europa, no que foi sua primeira intervenção internacional. Atualmente, a comunidade internacional confia à Organização a coordenação das operações de socorro em caso de desastres, naturais ou causados pelo homem, em áreas onde a capacidade das autoridades locais não é suficiente para lidar com a situação.

A ajuda humanitária da ONU é fornecida por quatro organizações: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA).



Antes de encerrar esta seção que abordou o estudo da origem, do significado, da evolução e da missão das Nações Unidas, é importante analisar seu papel na defesa e na garantia da saúde, dado o contexto em que vivemos hoje. Para isso, existe a Organização Mundial da Saúde (OMS), que tem a tarefa de coordenar a resposta internacional às emergências sanitárias, como foi possível comprar na recente pandemia de COVID-19.

Também é responsável por fornecer liderança em questões que tenham a ver com saúde mundial, definir a agenda de pesquisa sanitária, estabelecer critérios

e padrões, promover políticas baseadas em evidências e fornecer assistência técnica aos países que precisem. Também desempenha um papel importante no monitoramento e aconselhamento da saúde.

Nesse sentido, cabe uma breve reflexão sobre o papel que a OMS desempenhou durante a **crise da COVID-19**. As críticas, especialmente por parte do governo dos EUA, concentraram-se na ocultação de informações e no atraso na resposta, uma vez que a organização declarou a pandemia em 11 de março de 2020, quando o vírus já havia se espalhado amplamente.

Se há algo claro, é que uma instituição do tamanho da OMS — que também é considerada vítima de sua própria burocracia — não pode ser imune a erros nem a contradições entre seus departamentos. Também não devemos esquecer que encontrar o momento certo para agir fica muito claro a posteriori, mas não é fácil decidir a priori.



A esse respeito, há dois exemplos recentes de ambas as circunstâncias. Por um lado, quando ocorreu o conhecido surto de gripe suína, a OMS foi acusada de agir precipitadamente, declarando uma pandemia e recomendando que as nações estocassem medicamentos de alto custo que não eram necessários, já que o surto não atingiu a gravidade esperada.

Por outro lado, foi rotulada de lenta quando ocorreu um surto de Ebola na África Ocidental em 2016, pois nove meses se passaram entre a aparição e a declaração de epidemia internacional por parte do organismo, o que significava que o surto já estava fora de controle.

Algumas vozes proeminentes apontaram que, em última análise, a OMS aprende “no caminho”, pois cada caso tem características particulares e evolui de maneira diferente. Suas recomendações são baseadas nas informações científicas mais recentes, que podem ser analisadas e revisadas a qualquer momento. Um exemplo disso foi sua posição durante a crise do coronavírus sobre o uso de máscaras faciais. Inicialmente, a OMS optou por não indicar seu uso generalizado, mas depois recomendou seu uso em toda a população para minimizar a infecção.

| OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Antes de apresentar a análise da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, é necessário mencionar brevemente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que podem ser considerados seus predecessores.

Os ODMs seguem a Declaração do Milênio das Nações Unidas, em setembro de 2000, e são um compromisso de combater a pobreza, a fome, as doenças, o analfabetismo, a degradação ambiental e a discriminação contra as mulheres. Cada ODM estabelece metas a serem atingidas até 2015 e contém indicadores para acompanhar o progresso em relação aos números de 1990. Esses objetivos têm um impacto especial sobre a saúde.

Os ODMs são compostos por 8 objetivos e 21 metas mensuráveis que são monitorados por 60 indicadores:

Objetivo 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2020, a proporção de pessoas que sofrem com a fome

- Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cuja renda é inferior a um dólar e vinte e cinco centavos por dia.
- Alcançar o pleno emprego produtivo e o trabalho digno para todos, inclusive para os jovens, e rejeitar firmemente o trabalho infantil.

Objetivo 2. Alcançar a educação primária universal

- Garantir que, até 2020, adultos de todos os lugares possam concluir um ciclo completo de educação.

Objetivo 3.
Promover a igualdade
de gênero
e a autonomia
da mulher

- Igualdade entre as modalidades de educação terciária e quaternária, até 2020, e em todos os níveis mínimos que possam existir.
- Existência de equidade entre as pessoas, bem como tratamento igual em empregos ou atividades diárias.

Objetivo 4.
Reduzir a
mortalidade infantil

- Reduzir, em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de menores de 5 anos.

Objetivo 5.
Melhorar a saúde
materna

- Reduzir, em três quartos, entre 1990 e 2015, a mortalidade materna.
- Alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva.
- Reduzir a taxa de mortalidade materna.
- Maior proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados.
- Educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar.

Objetivo 6. Combater
o HIV/AIDS, a malária
e outras doenças:
Ter interrompido e
começado a reverter a
disseminação do HIV/
AIDS até 2015

- Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento de HIV/AIDS para todas as pessoas necessitadas.
- Ter interrompido e começado a reduzir a incidência de malária e outras doenças graves até 2015.

Objetivo 7. Garantir
a sustentabilidade
ambiental: Integrar
os princípios do
desenvolvimento
sustentável às
políticas e programas
nacionais para reduzir a
degradação ambiental

- Ter reduzido e desacelerado consideravelmente a perda de biodiversidade em 2010.
- Reduzir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável e aos serviços básicos de saneamento.
- Ter alcançado, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de moradores de bairros periféricos.

Objetivo 8. Incentivar
uma parceria mundial
para o desenvolvimento:
Desenvolver mais um
sistema comercial
e financeiro aberto,
baseado em normas,
previsível e não
discriminatório

- Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos.
- Atender às necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento.
- Resolver de forma abrangente os problemas de dívida dos países em desenvolvimento, fornecer acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento.
- Proporcionar acesso aos benefícios das novas tecnologias, especialmente as tecnologias de informação e comunicação.



Para concluir, analisa-se o **grau de cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**.

Nos **países da América Latina e do Caribe**, a Nicarágua e o Equador atingiram as metas para o milênio; Cuba atingiu a maioria das metas, especialmente no aspecto social; nos demais países, houve avanços importantes, mesmo que nem todas as metas tenham sido atingidas.

Na **América Anglo-Saxônica**, apenas o Canadá atingiu as metas para o milênio, já que em 2008 somente 0,21% de sua população vivia em extrema pobreza, em comparação com 6% em 1990.

Na **União Europeia**, somente Espanha, Irlanda e Luxemburgo atingiram as metas para o milênio, embora a UE seja um caso especial, pois a maioria dos países está quase livre da pobreza extrema, portanto, essa pode ser considerada uma meta atingida; Alemanha, Espanha, Luxemburgo, Suíça, Suécia, Holanda, Irlanda, Reino Unido e Finlândia atingiram as metas. Na CEI e no Leste Europeu (incluindo a Turquia), apenas Turquia, Ucrânia e



Rússia cumpriram as exigências, embora tenham sido registrados avanços significativos nos demais países.

Na **África**, apenas a África do Sul atingiu as metas para o milênio, embora a pobreza extrema tenha aumentado nos últimos anos.

A **Ásia** alcançou o maior destaque nesse sentido, já que Malásia, Filipinas, Vietnã, Hong Kong, Taiwan, Cingapura e Coreia do Sul atingiram as metas. O Japão, assim como a União Europeia, praticamente já não registrava pobreza extrema. Por fim, a Índia se destaca por ter reduzido a pobreza extrema em mais de 30%.

No **Oriente Médio** e nos países árabes não africanos, os Emirados Árabes Unidos e o Catar foram os únicos a atingir as metas para o milênio. Na Oceania, a Nova Zelândia foi a única a atingir essas metas, embora a Austrália também seja considerada nessa situação, pois sua pobreza extrema relatada não ultrapassa 0,1%. Nueva Zelanda ha sido el único en lograr estas metas, aunque Australia también se considera en ese estatus, ya que su pobreza extrema reportada no supera el 0.1 %.

PARTE 2



II. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

VS. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Uma das prioridades das Nações Unidas desde sua criação tem sido “alcançar a cooperação internacional na solução de problemas de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e na promoção e incentivo ao respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião”. Com o passar do tempo, o significado do conceito de desenvolvimento mudou, de modo que, atualmente, a maneira mais adequada de melhorar a vida das pessoas é o desenvolvimento sustentável, pois ele aumenta as oportunidades econômicas e, portanto, a prosperidade, além de possibilitar alcançar um maior bem-estar social e promover a proteção ambiental.

IMPORTANTE

Há duas décadas, cerca de 40% da população do mundo em desenvolvimento vivia em extrema pobreza. Atualmente, esse número caiu pela metade graças, em grande parte, aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Esse sucesso levou à adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um projeto muito mais ambicioso para concluir a tarefa de erradicar a pobreza e enfrentar o crescente desafio da mudança climática, uma realidade que precisa ser tratada de forma consensual para mitigar seus efeitos sobre o desenvolvimento da

população mundial. Da mesma forma, é importante chegar a um acordo sobre o financiamento dessas iniciativas para garantir seu sucesso.

É importante mencionar que, quando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram propostos pela primeira vez, muitas vozes expressaram ceticismo pois os consideraram excessivamente ambiciosos e difíceis de alcançar.



Entretanto, uma análise dos dados mostra que, entre 2000 e 2015, 700 milhões de pessoas saíram da pobreza, as vidas de 48 milhões de crianças com menos de 5 anos foram salvas e quase 6 milhões de crianças deixaram de contrair malária.

Assim, nesse contexto, nasceram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, com o objetivo de avançar em direção a um mundo mais justo, igualitário e sustentável, como uma versão aprimorada dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

As diferenças entre os ODMs e os ODSs estão descritas abaixo:

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas, têm um escopo mais amplo e vão além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), abordando as causas fundamentais da pobreza e a necessidade universal de alcançar o desenvolvimento em favor de todas as pessoas. Os objetivos abrangem as três dimensões do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental.

Com base no sucesso e no impulso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os novos objetivos globais são mais abrangentes, visando abordar as desigualdades, o crescimento econômico, o acesso ao trabalho decente, as cidades e os assentamentos humanos, a industrialização, os oceanos, os ecossistemas, a energia, as mudanças climáticas, o consumo e a produção sustentáveis, a paz e a justiça.

Os novos objetivos são universalmente aplicáveis a todos os países, ao passo que os do Milênio eram destinados apenas aos países em desenvolvimento.

Um elemento fundamental dos ODSs é o forte enfoque nos meios de implementação — a mobilização de recursos financeiros —, o desenvolvimento de capacidade e tecnologia, dados e instituições.

Os novos objetivos reconhecem que o combate aos efeitos da mudança climática é essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. O ODS 13 busca tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus efeitos.

Ao analisar as diferenças a partir de variadas perspectivas, pode-se observar o seguinte:

ODM VS. ODS



Sustentabilidade:

o novo roteiro coloca no centro uma questão que havia ficado em segundo plano nos anos anteriores: o modelo atual é insustentável. Se quisermos garantir a vida e os direitos das pessoas e do planeta Terra, o modelo a ser seguido deve ser sustentável.



Equidade:

os ODMs eram baseados em médias nacionais e não levavam em conta a realidade das comunidades mais vulneráveis e remotas. Os ODSs incluem uma abordagem que leva em conta mais parâmetros que refletem melhor a realidade para trabalhar com ela.



Universalidade:

enquanto os ODMs trabalhavam as metas apenas nos países em desenvolvimento, os ODSs estabelecem que não é possível falar sobre uma agenda de desenvolvimento se não for um consenso o fato de que todos os problemas estão interconectados e devem ser enfrentados em todos os países.



Compromisso:

ao contrário dos ODMs, os ODSs comprometem, pela primeira vez, todos os países do mundo. Isso significa, por exemplo, que os governos terão de implementar a Agenda 2030 em suas políticas internas, o que representa uma mudança considerável em relação aos ODMs.



Escopo:

em comparação com os 8 ODMs, agora existem 17 ODSs com 169 metas a serem atingidas. Embora possa parecer ambiciosa, a nova Agenda 2030 não deixou de lado questões que considera fundamentais, como emprego decente ou mudança climática.

O ano de 2015 foi ano crucial, quando se começou a trabalhar para alcançar o desenvolvimento para todas as pessoas através de um caminho sustentável. É uma realidade que os resultados obtidos terão um impacto em todas as áreas da sociedade, governos, cidades e assim por diante.



Nesse contexto, a **Agenda 2030** foi adotada na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, com a meta de completar as conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especialmente na **luta contra a pobreza**. Além disso, é digno de nota o papel das Nações Unidas na luta contra as mudanças climáticas e questões relacionadas. É nesse ponto que o relatório do secretário-geral se destaca, pois enfatiza a importância de unir forças para chamar a atenção de todos os países, cidadãos, empresas, governos e administrações para essa questão fundamental.

Por fim, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015. Ela inclui uma **visão transformadora** em busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental de todos os Estados-membros (193, número total de países que fazem parte da ONU) que a subscreveram, e se configura como um guia de referência para o trabalho da comunidade internacional até o ano de 2030.

| OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 são os seguintes:



IMPORTANTE

Vale a pena destacar sua importância para a **região da América Latina e do Caribe**, pois inclui questões de grande alcance, como a erradicação da pobreza extrema, a redução da desigualdade em todas as suas dimensões, o crescimento econômico inclusivo com trabalho decente para todos, centros urbanos sustentáveis e mudanças climáticas, entre outros.

Também se pode dizer que é uma agenda que coloca a dignidade e a igualdade das pessoas no centro da ação, concentrando-se na necessidade de mudar o modelo e o estilo de desenvolvimento adotados até o momento. O compromisso tem um caráter globalizador, pois é assumido por países desenvolvidos e em desenvolvimento, buscando uma parceria global que fortaleça os compromissos e considere tanto os meios de implementação quanto a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.

A Agenda 2030 é o resultado de um **longo processo de consulta**; sem dúvida, o mais participativo da história das Nações Unidas, e representa o mais amplo consenso multilateral já alcançado, reunindo governos, sociedade civil, setor privado e a academia. Por outro lado, seu suporte jurídico pode ser encontrado na Carta de fundação das Nações Unidas em 1945 e em mais de 40 referências de conferências e convenções adotadas até aquela data.

 Para discernir adequadamente o escopo e a importância da Agenda 2030, é essencial definir e analisar o que se entende por desenvolvimento sustentável. Ele foi definido como um desenvolvimento capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. Portanto, é essencial realizar esforços focados em construir o futuro de forma inclusiva, sustentável e resiliente, tanto para as pessoas como para o planeta.

Portanto, para alcançar o desenvolvimento sustentável, é essencial harmonizar três elementos básicos: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, pois eles estão inter-relacionados e são essenciais para as pessoas e as sociedades.



A primeira de todas as condições essenciais é a erradicação da pobreza. Até que ela seja eliminada, em todas as suas formas e dimensões, é inviável obter um crescimento econômico sustentável e equitativo que alcance a inclusão social de todas as pessoas, facilite maiores oportunidades para todos, reduza as desigualdades, melhore os padrões básicos de vida, promova o

desenvolvimento social, equitativo e inclusivo — acompanhado de uma gestão inclusiva e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas.

Uma das questões levantadas em relação aos ODSs é sobre sua obrigatoriedade. Do ponto de vista jurídico, ela é inexistente; no entanto, espera-se que cada país adote os ODSs como seus e tome as medidas nacionais necessárias para atingir os 17 objetivos, já que seu sucesso se baseia principalmente nas políticas, nos planos e nos programas desenvolvidos em cada país, que também são os principais responsáveis pelo seu acompanhamento e revisão em todos os níveis, nacional, regional e global, a fim de fazer um balanço do progresso alcançado.

De qualquer forma, as medidas que forem tomadas em nível nacional para monitorar o progresso exigirão a coleta de dados de qualidade, acessíveis e oportunos, bem como o monitoramento e a análise a nível local e regional.

Não podemos perder de vista que a Agenda 2030 pressupõe um consenso multilateral entre governos e outros atores da vida econômica, social e política, para que seja possível conciliar políticas nacionais em prol do emprego, com direitos de vários tipos e o desenvolvimento com a expansão do comércio internacional e a prevenção de conflitos.



Dessa forma, pode-se afirmar que a Agenda 2030 representa compromissos que levam em conta as pessoas, a paz, a prosperidade e o planeta, do ponto de vista da importância das parcerias, essenciais para a

adoção de estratégias e políticas globais, regionais e nacionais, com o objetivo principal de avançar conjuntamente para a configuração de uma sociedade o mais igualitária possível.

Também é importante destacar os compromissos assumidos na Agenda de Ação de Adis Abeba para financiar as políticas necessárias para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nela, ficou estabelecido que os recursos serão alocados para os maiores desafios econômicos, sociais e ambientais enfrentados pela humanidade. Nesse sentido, ela pode ser considerada um acordo histórico que estabelece as bases para a implementação da Agenda 2030.

O documento foi elaborado pelos 193 Estados-membros da ONU sob a liderança da Etiópia, país-sede da Conferência, e contém mais de 100 medidas concretas que abrangem todas as fontes de financiamento, cobrindo uma ampla gama de linhas de ação, nas quais se destacam a ciência, a tecnologia, a inovação e o comércio.

Além disso, estipula que os recursos nacionais podem ser mobilizados por meio da melhoria da base tributária, da otimização dos sistemas de arrecadação de impostos e do combate à fraude fiscal e aos circuitos financeiros ilícitos ou ilegais.

Também envolve os países no cumprimento da prestação de assistência oficial ao desenvolvimento, priorizando os países menos desenvolvidos, em busca de uma maior cooperação Norte-Sul.



Foram necessários meses de negociações para que o texto fosse aceito pelos Estados-membros, mas, com o acordo, um marco nas parcerias globais foi alcançado, especialmente em termos de promoção da prosperidade econômica para todos e melhoria do bem-estar da população mundial no sentido mais amplo, além da proteção do meio ambiente.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse que esse foi um passo muito importante na construção de um futuro sustentável para todos: “Ele fornece

uma estrutura de trabalho para financiar o desenvolvimento sustentável. Os resultados em Adis Abeba nos dão a base para uma parceria global revitalizada para o desenvolvimento que não deixará ninguém para trás”, disse ele.

O secretário-geral da Conferência de Adis Abeba, Wu Hongbo, disse que o acordo marca um ponto de virada na cooperação internacional que resultará nos investimentos necessários para uma agenda de desenvolvimento sustentável que melhore a vida das pessoas onde quer que elas estejam.

Não se deve esquecer que a implementação, o progresso e o sucesso da agenda são sustentados e impulsionados pelas políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentável que cada país adota e comanda. Em vez disso, os ODSs funcionam como um guia, um farol para alinhar os planos nacionais com os compromissos globais. No entanto, todas as metodologias de desenvolvimento sustentável que os diferentes países assumem e promovem como próprias exigem várias formas de políticas de financiamento e mobilização de recursos, não apenas econômicos.

Nesse contexto, espera-se que todas as partes envolvidas (governos, sociedade civil, setor privado, etc.) contribuam ativamente para a realização dos compromissos assumidos na nova agenda. A opinião geral é de que é necessária uma parceria global renovada e ativa para apoiar os esforços nacionais, e isso é reconhecido na própria Agenda 2030. Tudo isso sem subestimar a importância de acordos e parcerias entre diferentes partes interessadas, com a premissa de reunir todas as partes envolvidas na nova agenda.

Outro ponto importante diz respeito ao **monitoramento** da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Conforme mencionado acima, os ODSs carecem de obrigatoriedade jurídica e sua implementação e desenvolvimento dependem da vontade de cada um dos 193 Estados-membros da ONU que aderiram a eles. No entanto, há planos para monitorar os 17 ODSs e as 169 metas, em nível global, por meio de um conjunto de indicadores de caráter global. Essa estrutura de indicadores será desenvolvida pelo Grupo Interinstitucional e de Especialistas, com o qual a Comissão de Estatística da

ONU concordou em março de 2016. Posteriormente, foram aprovados pelo Conselho Econômico e Social e pela Assembleia Geral.

Por sua vez, os governos terão que fazer seu próprio monitoramento. Para isso, eles desenvolverão indicadores nacionais para auxiliar no processo de monitoramento do progresso em direção aos objetivos e metas.



O secretário-geral da ONU produzirá um relatório anual sobre o status da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Eles também desempenharão um papel fundamental na análise do progresso nas reuniões anuais do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, de modo a garantir a mobilização adequada dos recursos financeiros necessários para seu bom desenvolvimento.

💰 Em outra frente, há também a questão do **custo** da implementação dos ODSs. De acordo com uma primeira estimativa, seriam necessários entre 5 e 7 trilhões de dólares por ano, um valor que ainda está longe de ser alcançado. Pode-se pensar que há um problema de disponibilidade financeira, mas esse não é o caso, já que globalmente estamos falando de um valor estimado de US\$ 200 trilhões em ativos financeiros. A realidade é que a maioria desses recursos não está sendo canalizada para o desenvolvimento sustentável, muito menos na escala e na velocidade necessárias para alcançar os ODSs e as metas contidas no Acordo de Paris sobre mudanças climáticas.

Embora essa situação possa ser vista como negativa e pessimista, o fato é que tanto o interesse quanto o investimento nos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável estão crescendo. Também vale a pena observar que até US\$ 12 trilhões em oportunidades de mercado poderiam ser criados e até 380 milhões de novos empregos poderiam ser gerados até 2030.

A Parceria Global de Investidores para o Desenvolvimento Sustentável, uma coalizão de 30 líderes empresariais apoiada pela ONU e lançada em outubro de 2019, trabalha para oferecer uma liderança decisiva na mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável e na definição de incentivos para investimentos sustentáveis de longo prazo.

A assistência oficial líquida ao desenvolvimento totalizou US\$ 149 bilhões em 2018, 2,7% menor em termos reais do que em 2017.

Em alguns setores, a relação entre os ODSs e as mudanças climáticas tem sido questionada, não considerando que essas últimas afetam diretamente a saúde pública, a segurança alimentar e hídrica, a migração, a paz e a segurança. Ignorar a relevância da mudança climática pode reverter os ganhos alcançados nas últimas décadas em matéria de desenvolvimento e impedir novos progressos. Com investimentos adequados no desenvolvimento sustentável, as mudanças climáticas podem ser enfrentadas por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa e do fortalecimento da resiliência climática.

O enfrentamento da mudança climática e a promoção do desenvolvimento sustentável são dois lados da mesma moeda que se reforçam mutuamente: o desenvolvimento sustentável não será alcançado sem a adoção de medidas contra a mudança climática e, por outro lado, muitos dos ODSs abordam os fatores que impulsionam a mudança climática.

Em termos de **órgãos e departamentos da ONU que trabalham diretamente na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) trabalha em estreita colaboração com governos e outras partes interessadas para ajudar os países a atingir as metas econômicas, sociais e ambientais. Por sua vez, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) trabalha com diferentes grupos de pessoas para construir países mais resistentes a crises e, ao mesmo tempo,

promover um tipo de crescimento que ajude a melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Deve-se fazer menção especial ao trabalho realizado, cada um em seu campo específico, por diferentes agências da ONU, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Em setembro de 2019, foi realizada em Nova York a primeira reunião de acompanhamento da implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ATORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quem são as partes envolvidas na implementação dos ODSs? Aqui podemos dizer que o espectro é o mais amplo possível: governos, administrações públicas, setor privado, sindicatos, sociedade civil etc., todos têm um papel importante a desempenhar na implementação dos ODSs incluídos na Agenda 2030.





Está claro que os governos e as administrações centrais, regionais e locais são responsáveis por desenvolver e promover as medidas necessárias para a implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas há outros atores com um papel importante a desempenhar. De um lado, as empresas, ao adotarem medidas de responsabilidade social e modelos de produção ecologicamente responsáveis, e também ao praticarem a igualdade de gênero e a não discriminação na configuração e no desenvolvimento de suas forças de trabalho e equipes de gestão.

Outro setor da sociedade que pode desempenhar um papel fundamental para o sucesso da Agenda 2030 é, sem dúvida, a sociedade civil. Todos nós podemos adotar ações cotidianas inspiradas nos ODSs: trocar o transporte de carro particular pelo transporte público, andar de bicicleta ou a pé sempre que possível; reciclar o lixo doméstico; fazer uso responsável da água ou da eletricidade; educar as crianças sobre igualdade e respeito ao meio ambiente; ter uma dieta que considere os recursos naturais (mais vegetais e menos carne ou peixe, por exemplo); instalar painéis solares; usar produtos feitos de materiais recicláveis; usar vacinas e assim por diante.

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

 Por fim, apresentamos uma reflexão sobre o que a recente pandemia de COVID-19 representa e pode representar para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Está claro que os efeitos da crise causada pela pandemia da COVID-19 afetarão diretamente a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Embora se possa pensar que alguns desses efeitos possam ser positivos (por exemplo, melhoria do meio ambiente devido à redução de descargas, emissões de gases, voos, etc.), resultantes do confinamento decretado, em maior ou menor grau, por um grande número de países, a verdade é que a maioria das repercussões será negativa.

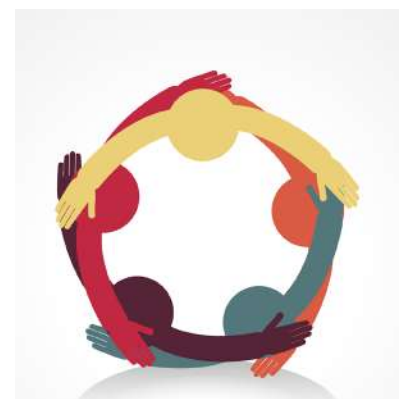
Em primeiro lugar, haverá um retrocesso em muitos dos ganhos obtidos nos últimos anos, fazendo com que um grande número de países volte à estaca zero

ou a uma situação ainda pior do que aquela em que se encontravam quando a Agenda 2030 foi acordada. Isso, por exemplo, afetará diretamente o ODS 1, que busca erradicar a pobreza, já que a paralisia econômica forçada pelo confinamento ou quarentena colocou mais pessoas abaixo da linha da pobreza. Intimamente relacionado a isso está o ODS 2, que busca acabar com a fome no mundo. Como resultado, as desigualdades sociais serão ainda mais ampliadas.

Dessa forma, o ODS 4 pode ser particularmente afetado. Educação de qualidade; ODS 5. Igualdade de gênero; ODS 1. Fim da pobreza; ODS 8. Trabalho decente e crescimento econômico, ou ODS 10. Redução das desigualdades. Os efeitos sobre a educação de qualidade são os mais perceptíveis, uma vez que uma das primeiras medidas adotadas pelos Estados foi a suspensão das aulas presenciais, transferindo-as para o ensino online ou à distância, ao qual nem todos os alunos puderam ter acesso. Isso tem um impacto direto no aumento da desigualdade, pois são os mais desfavorecidos que serão novamente os mais prejudicados e ficarão mais atrasados em seu aprendizado. Além disso, os efeitos mais graves das consequências econômicas da pandemia serão sentidos pelas mulheres, o que implicará diretamente em um retrocesso do progresso alcançado com a implementação do ODS 5. Está comprovado que, em situações de crise, a qualidade do emprego é substancialmente reduzida.

Portanto, agora mais do que nunca, é essencial transmitir a mensagem da importância de continuar lutando para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as metas que eles abrangem. Eles devem ser vistos como uma oportunidade de sairmos fortalecidos da dificuldade econômica que estamos enfrentando, pois a perda de empregos pode ser compensada por modelos de economia mais colaborativa, que, a médio e longo prazo, gerariam lucros maiores. Modelos sustentáveis garantirão que a saída da crise seja efetuada de forma sólida e capaz de lidar com as dificuldades que virão.

Conforme declarado na própria Agenda 2030, cujo lema é “Transformando nosso mundo”, **“não podemos deixar ninguém para trás”**.



ANEXO.

Agências e escritórios da Organização das Nações Unidas

PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) está presente em cerca de 170 países e territórios, onde trabalha para erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e desenvolver a resiliência para que os países possam manter o progresso alcançado. O PNUD desempenha um papel fundamental para ajudar os países a alcançar os ODSs.

UNICEF

O Fundo das Nações Unidas para a Infância trabalha em 190 países e territórios para salvar a vida das crianças, defender seus direitos e ajudá-las a desenvolver todo o seu potencial, desde a primeira infância até a adolescência.

ACNUR

O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) oferece proteção aos refugiados em todo o mundo e facilita o retorno deles para casa ou seu reassentamento em outros países.

PMA

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) tem como objetivo erradicar a fome e a desnutrição. É a maior agência humanitária do mundo. Todos os anos, ela alimenta quase 80 milhões de pessoas em cerca de 75 países.

UNODC

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) auxilia os Estados-membros em sua luta contra as drogas, o crime e o terrorismo.

UNFPA

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) é a principal agência das Nações Unidas empenhada em oferecer um mundo onde toda gravidez é desejada, todo nascimento é seguro e o potencial de cada jovem desenvolvido.

PNUMA

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), fundado em 1972, é a voz do meio ambiente. O PNUMA atua como catalisador, defensor e facilitador do uso racional do meio ambiente global e de seu desenvolvimento sustentável.

UNRWA

A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) tem contribuído para o bem-estar e o desenvolvimento humano de quatro gerações de refugiados palestinos. Ele oferece uma importante gama de serviços, incluindo educação, assistência médica básica, serviços sociais e de assistência, infraestrutura e microfinanciamento, com o objetivo de melhorar

as condições de vida dos refugiados palestinos e ajudá-los a atender às suas necessidades básicas e de assistência emergencial, inclusive em tempos de conflito armado. Ele se reporta apenas à Assembleia Geral da ONU.

ONU Mulheres

A ONU Mulheres se concentra exclusivamente na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres.

ONU-Habitat

O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) tem a missão de promover cidades sustentáveis do ponto de vista social e ambiental, com o objetivo de fornecer moradia adequada para todas as pessoas.

| Agências especializadas da ONU

As agências especializadas são organizações autônomas que trabalham dentro das Nações Unidas. Todas mantêm vínculos com a ONU por meio de acordos negociados. Algumas delas já existiam antes da Primeira Guerra Mundial, outras estavam associadas à Liga das Nações ou foram criadas mais ou menos na mesma época que a ONU, enquanto outras foram criadas pela ONU para atender a novas necessidades.

Banco Mundial

O Banco Mundial se concentra na redução da pobreza e na melhoria dos padrões de vida por meio do fornecimento de empréstimos a

juros baixos, crédito sem juros e subsídios para educação, saúde, infraestrutura e comunicação para países em desenvolvimento, entre outros. O Banco Mundial atua em mais de 100 países.

Grupo do Banco Mundial:

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID)*

Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA)

Corporação Financeira Internacional (IFC)

Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA)*

* O Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID) e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) não são agências especializadas nos termos dos artigos 57 e 63 da Carta das Nações Unidas, mas fazem parte do Banco Mundial.

FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) promove o crescimento econômico e o emprego fornecendo assistência técnica e assistência financeira temporária aos países, ajudando-os a equilibrar sua balança de pagamentos. Atualmente, o FMI tem US\$ 28 bilhões em empréstimos pendentes em 74 países.

OMS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) é a autoridade que dirige e coordena as questões internacionais de saúde dentro do sistema das

Nações Unidas. O objetivo da OMS é alcançar o mais alto nível possível de saúde para todos. Saúde, conforme definido na Constituição da OMS: “é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades”. A OMS também é responsável por campanhas globais de vacinação, respondendo a emergências de saúde pública, defendendo-se contra a pandemia de gripe e liderando as campanhas de erradicação de doenças mortais, como a poliomielite e a malária. No ano passado, a OMS eliminou a gripe aviária no Vietnã, retirou dois países da lista de nações endêmicas de poliomielite e prestou assistência humanitária no Líbano e em Darfur.

UNESCO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) abrange desde a formação de professores para ajudá-los a melhorar a educação global até a proteção de locais culturais e historicamente importantes em todo o mundo. Este ano, a UNESCO acrescentou 26 novos locais de Patrimônio da Humanidade à lista de tesouros insubstituíveis que serão protegidos dos viajantes desta e das futuras gerações.

OIT

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) promove os direitos trabalhistas internacionais por meio da formulação de normas internacionais sobre liberdade de associação, negociação coletiva, abolição do

trabalho forçado e igualdade de oportunidades e tratamento.

FAO

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) lidera os esforços internacionais na luta contra a fome. É um fórum para a negociação de acordos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e uma fonte de informações e conhecimentos especializados para ajudar no desenvolvimento.

FIDA

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), desde sua criação em 1977, tem se concentrado exclusivamente na redução da pobreza rural, trabalhando com as populações rurais pobres dos países em desenvolvimento para eliminar a pobreza, a fome e a desnutrição, aumentar sua produtividade e renda e melhorar sua qualidade de vida.

IMO

A Organização Marítima Internacional (IMO) criou um marco regulatório abrangente para o transporte marítimo a fim de tratar de questões como segurança e meio ambiente, questões jurídicas, cooperação técnica, segurança e eficiência.

OMM

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) facilita o livre intercâmbio internacional de dados e informações meteorológicas e a promoção de seu uso na aviação, navegação, segurança, agricultura e outros campos.

OMPI

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) protege a propriedade intelectual em todo o mundo por meio de 23 tratados internacionais.

OACI

A Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) estabelece regras internacionais sobre navegação aérea, investigação de acidentes aéreos e procedimentos de travessia de fronteiras aéreas.

UIT

A União Internacional de Telecomunicações (UIT) é a agência especializada em tecnologias de informação e comunicação. Ela tem o compromisso de conectar as pessoas em todo o mundo, independentemente de onde morem ou de seus meios. Por meio de seu trabalho, protegemos e apoiamos o direito fundamental de todas as pessoas se comunicarem.

UNIDO

A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) é a agência especializada que promove o desenvolvimento industrial e busca a redução da pobreza, a globalização inclusiva e a sustentabilidade ambiental.

UPU

A União Postal Universal (UPU) é o principal fórum de cooperação entre as organizações do setor postal. Ela ajuda a garantir uma rede universal genuína de produtos e serviços atualizados.

OMT

A Organização Mundial do Turismo (OMT) é a agência encarregada de promover o turismo responsável, sustentável e universalmente acessível.

| Outras entidades

UNAIDS

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS reúne os esforços de 11 organizações da ONU (ACNUR, UNICEF, PMA, PNUD, UNFPA, UNODC, ONU Mulheres, OIT, UNESCO, OMS e Banco Mundial) e trabalha em estreita colaboração com parceiros globais e nacionais para acabar com a epidemia de AIDS até 2030 como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

UNDRR

O Escritório das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres (UNDRR) atua como centro de coordenação para a redução de desastres dentro do sistema da ONU para liderar os esforços de prevenção de catástrofes e mitigação de suas consequências.

UNOPS

A missão do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) é ajudar as pessoas a melhorar suas vidas e ajudar os países a alcançar a paz e o desenvolvimento sustentável. Ele se concentra na implementação e está comprometido tanto com os valores da ONU quanto com a eficiência do setor privado.

UNIDIR

O Instituto das Nações Unidas para Pesquisa em Desarmamento (UNIDIR) é um instituto autônomo das Nações Unidas, financiado por contribuições voluntárias. Como um agente imparcial, o Instituto propõe ideias e promove medidas no campo do desarmamento e da segurança. O UNIDIR trabalha — em níveis internacional, regional e local — com estados, organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e academia para criar e implementar soluções criativas que beneficiem todos os estados e povos.

UNITAR

O Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (UNITAR) é uma agência autônoma das Nações Unidas, criado em 1963. É um órgão de formação. Tem a responsabilidade de aumentar a eficácia do trabalho da Organização por meio de formação em diplomacia e o impacto das medidas nacionais por meio de conscientização pública, educação e formação de funcionários de políticas públicas.

UNSSC

A Escola de Funcionários do Sistema das Nações Unidas (UNSSC) é a organização educacional do sistema das Nações Unidas. Ela projeta e oferece programas de aprendizado para funcionários do sistema da ONU e seus parceiros. Ela contribui para uma Organização mais eficaz ao promover uma cultura comum de liderança e gestão em todo o sistema.

| Organizações relacionadas

AIEA

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) é uma referência mundial para a cooperação no campo nuclear. A Agência trabalha com os Estados-membros e com uma ampla gama de parceiros globais para promover o uso seguro e pacífico das tecnologias nucleares.

OMC

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é um fórum para os governos negociarem acordos comerciais e um local onde os Estados-membros tentam resolver os problemas comerciais que têm entre si.

CTBTO

A Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBTO) promove esse instrumento internacional (que ainda não está em vigor), bem como o projeto de um sistema de verificação para torná-lo operacional quando entrar em vigor.

OPAQ

A Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) é o órgão executivo da Convenção sobre Armas Químicas, que entrou em vigor em 1997. Os Estados-membros da OPAQ estão trabalhando juntos para alcançar um mundo livre de tal arsenal.

OIM

A Organização Internacional para Migração (OIM) garante o gerenciamento ordenado e humano da migração, promove a cooperação internacional em questões de migração, ajuda a encontrar soluções práticas para os problemas de migração e fornece assistência humanitária aos migrantes necessitados, sejam eles refugiados, deslocados ou desenraizados.

UNFCCC

O Secretariado da UNFCCC foi criado em 1992, quando os países adotaram a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC). Com a posterior adoção do Protocolo de Kyoto em 1997 e do Acordo de Paris em 2015, as Partes desses três acordos reafirmaram progressivamente o papel do Secretariado como a entidade da ONU encarregada de apoiar a resposta global à ameaça da mudança climática.

Para a apresentação das boas práticas, cada palestrante teve sete minutos para descrever o conteúdo das medidas, os ODSs aos quais elas se relacionavam, bem como o impacto que isso teve sobre a população.

BOAS PRÁTICAS

Garantia de alimentos para os idosos. Argentina. ODS 3

Em relação direta com ODS 3, o INSSJP (PAMI) lançou uma iniciativa com o objetivo de promover uma vida saudável e aumentar a expectativa de vida, garantindo acesso a serviços de saúde de qualidade e bem-estar para os idosos.

Como foi detectado que muitos idosos, devido às suas condições físicas, sociais e/ou econômicas, têm dificuldades de acesso a alimentos básicos, foram implementadas medidas específicas, como programas de alimentação, entrega de alimentos e formação em alimentação saudável.

Considerar as necessidades dos idosos ao projetar ações desenvolvidas no âmbito da Agenda 2030 contribuirá para sociedades mais justas, equitativas e sustentáveis para todos.

Avaliação: a proteção da população idosa é um dos pilares dos sistemas de proteção social, pois se trata de um grupo vulnerável cujas opções para agir por conta própria são reduzidas com o passar do tempo, o que a torna uma iniciativa muito apropriada para o cumprimento das metas da Agenda 2030. A pobreza na velhice é um dos principais problemas das sociedades atuais que precisa ser enfrentado pelos governos.

Recomendação: um dos principais riscos desse tipo de iniciativa é garantir que o auxílio chegue a quem realmente precisa, pois, em muitos casos, os possíveis beneficiários nem sabem que têm direito a determinados tipos de auxílio. A disseminação de informações é, portanto, essencial e todos os esforços devem ser feitos quanto a isso.

Fundo “Renta dignidad”. Bolívia. ODS 1

Com o ODS 1 no centro dessa iniciativa, a “Renta Dignidad” (Renda Dignidade) é um benefício vitalício para cidadãos bolivianos residentes na Bolívia com mais de 60 anos de idade. Trata-se de um benefício não contributivo que, de acordo com os dados disponíveis, conseguiu reduzir o impacto da pobreza extrema entre esse grupo particularmente vulnerável, o que é positivo não apenas para o próprio beneficiário, mas também para a subsistência do grupo familiar. Em dezembro de 2023, ele foi concedido a quase 1.200.000 pessoas com mais de 60 anos de idade.

Avaliação: como na boa prática implementada na Argentina, o foco nas pessoas idosas é um dos principais elementos para o cumprimento da Agenda 2030, pois elas são um grupo altamente vulnerável que precisa de ações específicas e concretas, de modo que qualquer medida que

avance nessa direção tornará a sociedade mais equitativa e justa.

Recomendação: como se trata de uma renda de natureza econômica, é essencial que seja assegurado um valor mínimo suficiente para que os beneficiários possam desfrutar de uma vida decente e digna. Além disso, devem ser tomadas medidas de atualização em caso de flutuações de preços.

Cuidados obstétricos e neonatais essenciais. Bolívia. ODS 3

Com foco no ODS 3, esse programa define ações específicas para o cuidado de gestantes e recém-nascidos a fim de melhorar as taxas de mortalidade materna e neonatal. A elaboração dessas ações baseia-se em informações coletadas das próprias famílias e comunidades, o que permitiu ao Sistema Nacional de Saúde aproximar o atendimento, a prestação de serviços e a gestão de forma mais eficaz e eficiente. O fortalecimento dos centros de saúde, especialmente nas áreas rurais, é fundamental para atingir essas metas, pois uma alta porcentagem (quase 25%) dos nascimentos ainda ocorre em casa, o que, em caso de complicações, aumenta o risco de mortalidade materna ou neonatal.

Avaliação: a mortalidade materna e infantil está entre os principais indicadores da evolução de uma sociedade em termos de proteção social, principalmente em relação à força de seu serviço

de saúde. Portanto, qualquer intervenção para melhorá-la é muito positiva. A redução das taxas de mortalidade materna e infantil deve ser colocada no centro das ações públicas para garantir o bem-estar social.

Recomendação: em alguns casos, um dos problemas a serem enfrentados na implementação de medidas para reduzir a mortalidade materna e infantil, que necessariamente envolvem a medicalização dos processos, é a resistência cultural e as práticas historicamente enraizadas, razão pela qual é essencial realizar um grande trabalho de conscientização, informação e treinamento.

Melhoria contínua dos serviços de saúde e proteção social para seus membros. Hospital n°1 Caja de Salud de Caminos e R.A. Bolívia. ODS 3, 8 e 10.

Com os ODS 3, 8 e 10 em mente, a Caja de Salud de Caminos e R. A. melhorou o acesso aos serviços de saúde para todos os seus trabalhadores e suas famílias. Além disso, foram implementados programas de saúde ocupacional, que contribuem substancialmente para a prevenção de doenças ocupacionais e incentivam o desenvolvimento de ambientes de trabalho seguros. Por outro lado, muito trabalho foi feito para reduzir as desigualdades entre as áreas urbanas e rurais, melhorando o acesso aos serviços, especialmente para os grupos mais vulneráveis.

Para garantir o sucesso dessa iniciativa, foram aplicadas técnicas de avaliação, acompanhamento e monitoramento, que também contribuem para a melhoria contínua das ações realizadas.

Avaliação: o acesso a um sistema de saúde de qualidade, eficiente e adequado é fundamental para garantir o bem-estar dos cidadãos e a possibilidade de desenvolver suas vidas ao máximo. A garantia da proteção social deve começar com a garantia da saúde, e é por isso que essa iniciativa é muito apropriada e positiva, pois pode ter um grande impacto em seus beneficiários. Além disso, ter uma estrutura sólida para doenças relacionadas ao trabalho ou ocupacionais é essencial para melhorar os direitos dos trabalhadores, e qualquer progresso nesse sentido é bem-vindo.

Recomendação: é essencial que o monitoramento e a avaliação da medida sejam mantidos ao longo do tempo com uma periodicidade e um dimensionamento adequados.

Expansão da cobertura da proteção social por meio de acordos internacionais de seguridade social. Brasil. ODS 1

A mobilidade dos trabalhadores é uma realidade cada vez mais importante, tornando um desafio garantir a proteção social dos migrantes. Nesse sentido, e com um forte foco no ODS 1, especificamente na meta 1.3, o objetivo é

reduzir os índices de pobreza, ampliar a proteção social reduzindo também o número de acidentes de trabalho e melhorar a situação de todos os trabalhadores. Para atingir esses objetivos, está sendo feito uma negociação de acordos e convênios internacionais de seguridade social.

Avaliação: em um mundo cada vez mais globalizado, no qual a mobilidade da mão de obra cresce a cada dia, é uma grande política avançar na garantia dos direitos de seguridade social dos trabalhadores e de suas famílias. Levando em conta que, no direito internacional, a reciprocidade é um dos princípios gerais, os acordos bilaterais e multilaterais são fundamentais para proteger os cidadãos nacionais, tornando essa iniciativa de grande importância para o cumprimento da Agenda 2030.

Recomendação: deve-se continuar trabalhando para estabelecer parcerias com todos os países com os quais há movimentos migratórios, tanto de saída quanto de entrada. Também devem ser implementados mecanismos para monitorar a adequação da cobertura.

Políticas de igualdade no poder judiciário. Costa Rica. ODS 10

Com o cumprimento da meta 1 do ODS 10, o objetivo é desenvolver processos de conscientização e capacitação em direitos humanos, igualdade de gênero e acesso à justiça para grupos populacionais vulneráveis. Para isso, foram promovidas iniciativas como protocolos para o atendimento de pessoas com deficiências

psicossociais, audiências em áreas indígenas, acesso à justiça para menores, políticas para o atendimento a vítimas de violência doméstica, bem como políticas voltadas para o respeito à diversidade sexual.

Avaliação: a redução das desigualdades em todas as áreas deve ser colocada no centro das políticas públicas, o que torna essa iniciativa altamente apropriada para a Agenda 2030, por um lado, e para a sociedade, por outro. As desigualdades geram injustiças e, com essa atuação no poder judiciário, a Costa Rica está dando um passo muito importante.

Recomendação: por trás das medidas para a redução das desigualdades e a promoção da igualdade e da equidade, é fundamental realizar campanhas de conscientização e promoção, pois essas medidas devem ser acompanhadas por uma mudança cultural que exige grandes esforços, para não baixar a guarda e poder lutar contra a desinformação, os estereótipos e os vieses.

Melhora da proteção dos dependentes de um pensionista. Conselho Administrativo do Fundo de Pensão e Aposentadoria do Poder Judiciário da Costa Rica. ODS 3

O principal objetivo dessa medida é garantir proteção social e previdenciária para os dependentes de um pensionista quando ele falecer. A situação de necessidade que surge em casos de mortalidade não pode ser ignorada,

pois a perda de renda pode levar a situações de pobreza ou exclusão social.

Avaliação: essa é uma medida positiva e apropriada, pois os dependentes do falecido estão em uma situação particularmente vulnerável, para a qual deve ser estabelecida uma cobertura adequada e suficiente. A configuração desses benefícios, sejam eles temporários ou vitalícios, é um pilar essencial nos sistemas de proteção social, de modo que se pode concluir que a medida adotada pelo Conselho Administrativo do Fundo de Pensão e Aposentadoria do Poder Judiciário da Costa Rica reúne as condições para ser considerada muito apropriada e pertinente.

Recomendação: os benefícios dos sistemas de proteção social não formam um retrato fixo, mas precisam se mover e se ajustar de acordo com as mudanças nas circunstâncias da sociedade e, por isso, há que se manter alerta e configurar sistemas que admitam certa flexibilidade.

Ampliação da cobertura do Instituto Hondurenho de Seguridad Social. Honduras. ODS 3

Para melhorar a proteção social em Honduras, um elemento fundamental foi a extensão da cobertura a populações anteriormente não cobertas, como os trabalhadores autônomos, mulheres em situação de vulnerabilidade e as comunidades rurais. Isso tem sido feito por meio da descentralização dos serviços e do uso de tecnologias digitais. Isso resultou em um maior acesso a serviços de saúde e pensões básicas

para setores que eram tradicionalmente excluídos da proteção social.

Paralelamente, foram implementadas medidas para ajudar na sustentabilidade econômica do sistema, o que também contribui para a universalização da cobertura social com a correspondente redução das desigualdades.

Avaliação: essa medida é um passo na direção certa em termos de melhoria da proteção social, pois avança na cobertura dos grupos mais vulneráveis e que correm mais facilmente o risco de pobreza ou exclusão social.

Recomendação: progredir na detecção de grupos vulneráveis e incorporá-los gradualmente ao escopo de aplicação dos sistemas de seguridade social, contribuição e assistencial. Isso também tem um efeito direto na melhoria das condições de vida dos cidadãos e da sociedade como um todo.

Centros de detecção e diagnóstico do câncer de mama. México. ODS 3

Conforme declarado no ODS 3, uma das metas da Agenda 2030 é reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de prevenção e tratamento e, ao mesmo tempo, promover a saúde mental e o bem-estar. Com esse objetivo, o Instituto de Seguridad y Servicios Sociales de los Trabajadores del Estado (Instituto de Seguridad e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Estado, ISSSTE) lançou uma iniciativa para

a detecção e o diagnóstico precoce do câncer de mama. Isso é feito por meio de equipes multidisciplinares compostas por médicos especialistas em radiologia, oncologia, cirurgia plástica, técnicos, enfermeiros e pessoal administrativo, que contam com equipamentos tecnológicos de última geração, distribuídos por todo o país, e que levam a prevenção a todos os cidadãos do país, com ênfase especial nas mulheres como principal grupo vulnerável.

Avaliação: a proteção da saúde é uma preocupação prioritária para a grande maioria dos estados, pois é a pedra fundamental para que os cidadãos tenham qualidade de vida e se desenvolvam pessoal e profissionalmente. Portanto, qualquer medida de melhoria nessa área é muito positiva e tem um grande impacto.

Recomendação: para que a medida seja totalmente eficaz, ela deve ser acompanhada de campanhas de divulgação e informação para atingir o maior número possível de seus possíveis beneficiários.

Pensões adequadas. Panamá. ODS 3

O ODS 3 da Agenda 2030 se preocupa em garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Nesse contexto, os sistemas de proteção social, em especial saúde e pensões, desempenham um papel essencial. O problema da sustentabilidade e da viabilidade econômica desses sistemas é um dos maiores desafios a serem enfrentados atualmente, e o Panamá não está isento disso.

Assim, para evitar problemas no pagamento de benefícios sociais, o governo panamenho está trabalhando na elaboração de uma reforma legislativa para fortalecer a viabilidade financeira do sistema de seguridade social.

Avaliação: em uma sociedade cada vez mais envelhecida e com taxas de natalidade em queda, a sustentabilidade financeira dos sistemas de proteção social em geral, e das pensões em particular, tornou-se um problema para a maioria dos países. Portanto, todas as medidas que possam ser tomadas para proteger essa sustentabilidade têm um significado altamente positivo.

Recomendação: a garantia da proteção social depende da configuração de sistemas sólidos e viáveis, mas não é possível atuar em uma única linha, pois os problemas são variados e as soluções são multifatoriais. Para isso, também é aconselhável fazer estudos comparativos das soluções e medidas adotadas por outros países, pois essa é uma área em que a troca de conhecimentos tem grandes resultados.

Monitoramento do cumprimento das metas do ODS 3. Paraguai. ODS 3

Para fazer progressos e garantir o cumprimento das metas, é essencial contar com ferramentas eficazes de acompanhamento, avaliação e monitoramento. Assim, com foco no ODS 3, o Governo do Paraguai trabalhou para ter instrumentos de medição que tornem visível a evolução do cumprimento da melhoria da saúde

e do bem-estar de todos os cidadãos. Essas ferramentas são de grande importância para a tomada de decisões e para facilitar o acesso dos cidadãos às informações. Para maximizar sua utilidade e eficiência, é fundamental fornecer a eles indicadores precisos, o que fortalecerá as informações e proporcionará maior previsibilidade na disponibilidade das informações.

Avaliação: contar com dados confiáveis para realizar uma avaliação eficiente das políticas públicas implementadas é uma das chaves para progredir e avançar no melhor caminho da proteção social, que tem no ODS 3 um de seus principais pilares. Por isso, essa iniciativa do Paraguai para o monitoramento das metas que compõem esse objetivo tem um impacto altamente positivo.

Desafios e recomendações: o principal risco nos processos de avaliação está sempre na confiabilidade e na relevância dos dados, que também devem ser obtidos em tempo hábil. Portanto, prestar atenção especial a esses aspectos leva a resultados ideais que ajudam a promover o aprimoramento contínuo das medidas.

Maternidade saudável, segura e voluntária. Peru. ODS 3

A meta 3.1 do ODS 3 visa reduzir a mortalidade materna, que é um indicador altamente sensível das condições de vida, saúde e desenvolvimento da população. Os números da mortalidade

materna nos permitem medir as lacunas sociais, bem como avaliar a resposta e a capacidade resolutiva dos sistemas de saúde. As taxas de mortalidade materna são substancialmente mais altas nos países em desenvolvimento, destacando as desigualdades no acesso a serviços de saúde de qualidade. Portanto, não se trata apenas de uma questão de saúde pública, mas também de direitos humanos e justiça social.

Nesse contexto, e para combater esse problema, foram implementadas várias políticas públicas que resultaram em uma redução de 51,9% até 2023. Para continuar avançando, foi aprovado o Plano Estratégico Multissetorial 2024-2030 do Setor de Saúde, com foco especial no programa de Saúde Materna Neonatal.

Avaliação: todas as medidas adotadas para garantir uma maternidade saudável, segura e adequada devem ser sempre bem-vindas, pois a redução da mortalidade infantil e materna é um dos principais elementos das sociedades desenvolvidas. Portanto, é essencial que essa sensibilidade esteja no centro das medidas para melhorar os sistemas de saúde pública, não apenas no momento do parto e do nascimento, mas desde o início da gestação.

Desafios e recomendações: considerando que o monitoramento da gravidez e do parto em muitas culturas tem certas conotações de costume e tradição, é fundamental que, para que essas medidas sejam tão positivas quanto deveriam ser, a população seja devidamente informada sobre os benefícios e as vantagens

que elas acarretam, especialmente nos contextos em que a intervenção médica é vista com certa relutância.

Implementação do atendimento abrangente ao adolescente com melhora dos conhecimentos em habilidades sociais e sexualidade. Peru. ODS 3, 4, 5 e 17

Essa iniciativa aborda diferentes metas da Agenda 2030, a saber, os objetivos 3 (saúde e bem-estar), 4 (educação de qualidade), 5 (igualdade de gênero) e 17 (parcerias para atingir os objetivos). Seu objetivo se concentra no projeto e na implementação de um modelo de atendimento abrangente para adolescentes, com foco no desenvolvimento de habilidades sociais e na educação sobre sexualidade responsável, visando atender às necessidades biopsicossociais dos adolescentes, promover seu bem-estar integral e fortalecer as parcerias comunitárias.

Avaliação: os adolescentes são um grupo frequentemente negligenciado na elaboração de políticas públicas e medidas governamentais, portanto, é particularmente valioso que o foco tenha sido colocado neles.

Desafios e recomendações: justamente por ser um grupo particularmente vulnerável, ele é frequentemente esquecido. Nesse caso, o principal desafio é superar a barreira da autoproteção e da autodefesa que os adolescentes costumam impor. Nesse sentido, é fundamental ter pessoas treinadas para lidar com eles, bem como criar um ambiente de confiança

no qual eles se sintam confortáveis para receber essas medidas.

Melhoria do acesso ao atendimento de saúde abrangente para pacientes idosos segurados no distrito de Comas. "Dosis de esperanza". (Dose de esperanza) Peru. ODS 3

Com foco na preocupação com o bem-estar dos idosos, essa iniciativa foi lançada para melhorar a acessibilidade de serviços integrais para os idosos, a fim de melhorar sua saúde física e emocional. Sendo assim, promove-se o atendimento preventivo e a implementação de um banco de dados que permita o acompanhamento regular e facilite a elaboração de fluxos de atendimento inclusivos e acessíveis. O atendimento integral provou ser um pilar para a realização das metas da Agenda 2030, garantindo a saúde e o bem-estar das pessoas, a partir de uma abordagem de igualdade de gênero, além de ajudar a reduzir as desigualdades, e foi alcançada por meio do estabelecimento de parcerias.

Avaliação: os idosos são cada vez mais numerosos nas sociedades modernas, em um mundo em que a expectativa de vida aumenta constantemente e a taxa de natalidade continua a diminuir. Tudo isso resulta em sociedades mais envelhecidas, nas quais o cuidado com os idosos não pode ser deixado apenas para as famílias. Consequentemente, o estabelecimento de serviços públicos que atendam às necessidades dos idosos, com uma visão abrangente e, acima de tudo, acessível a todos, deve ser uma

prioridade. O projeto "Dose de esperanza é, portanto, altamente relevante. A perspectiva de gênero é altamente valorizada.

Desafios e recomendações: profissionais dedicados, com as competências necessárias, são de extrema importância para garantir o sucesso e a continuidade dessa prática. Além disso, é preciso garantir que todos os idosos possam acessar esses serviços, de acordo com suas necessidades.

Aposentadorias garantidas para os idosos. República Dominicana. ODS 1

Para cumprir a meta 1.1 do ODS 1. Fim da pobreza, várias reformas e iniciativas foram lançadas para garantir pensões dignas e suficientes para os idosos, por meio da fórmula da pensão solidária. Para isso, e levando em conta a importância de ter dados para elaborar as melhores políticas, o perfil dos possíveis beneficiários foi levado em conta, para que elas possam ter um impacto real na redução da pobreza.

Avaliação: os sistemas previdenciários que garantem proteção adequada e suficiente para todos os necessitados são a base das sociedades desenvolvidas. No entanto, não é fácil projetar os benefícios certos sem informações claras sobre o grupo-alvo e as necessidades a serem atendidas. Portanto, o fato de os responsáveis pelo seu desenvolvimento terem essa sensibilidade é muito bem-vindo.

Desafios e recomendações: a manutenção de benefícios adequados é um desafio que

os agentes de proteção social enfrentam continuamente, pois a sociedade é dinâmica e os problemas dos envolvidos variam conforme a sociedade se movimenta. Portanto, o principal desafio é ter a flexibilidade para adaptar a proteção à necessidade. Para isso, a realidade social não pode ser deixada sem monitoramento.

Universidade Central da Venezuela e a Proteção Social por meio dos ODSs. Venezuela. ODS 1, 3, 4, 8 e 17

Essa iniciativa visa fortalecer a implementação de determinados ODSs, como 1, 3, 4, 8 e 17, por meio de um projeto de parcerias estratégicas entre a universidade e empresas públicas e privadas do Estado, bem como organizações internacionais. Tudo isso por meio da implementação de vários projetos de Responsabilidade Social Corporativa. Para poder avaliar adequadamente o impacto dessa iniciativa, serão realizadas ações usando técnicas

de aplicabilidade, avaliação, análise de risco, auditorias de segurança e testes estáticos e dinâmicos.

Avaliação: o avanço na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio da implementação de projetos de Responsabilidade Social Corporativa é de grande importância, pois as empresas não podem ficar à margem desse desenvolvimento. De fato, elas desempenham um papel essencial, pois têm um impacto e uma influência sobre a sociedade em geral, não apenas sobre a economia.

Desafios e recomendações: tornar esses projetos visíveis é um dos desafios e, ao mesmo tempo, a principal recomendação, porque, assim, dois objetivos importantes são alcançados: por um lado, as empresas envolvidas nesses projetos recebem reconhecimento público por seu trabalho e, por outro lado, mostram a outras empresas as boas práticas que servem de inspiração para que elas unam forças.



SESSÕES PARALELAS

Durante o workshop, foram realizadas sessões de trabalho paralelas nas quais os participantes foram solicitados a elaborar duas propostas de melhoria para o cumprimento da Agenda 2030. O principal objetivo dessas sessões paralelas foi avaliar como a perspectiva do desenvolvimento sustentável pode ser incorporada à gestão pública, com referência especial às áreas de segurança e proteção sociais.

A gestão pública tem um papel fundamental a desempenhar no cumprimento das metas dos ODS, pois muitas das ações estão nas mãos dos responsáveis públicos. Por esse motivo, o envolvimento das administrações públicas, juntamente com as autoridades governamentais, deve ser total. Assim, nessas sessões paralelas, os participantes debateram caminhos ou linhas de atuação de grande interesse para alcançar esse envolvimento.

As propostas que resultaram desse trabalho foram as seguintes:

- Reduzir a informalidade dos trabalhadores: o trabalho informal é um fardo para o avanço das sociedades, pois tem implicações muito negativas para os direitos dos trabalhadores, a economia, a proteção social e a sociedade em geral. Também é um grave elemento gerador de desigualdades.
- Cobertura de proteção social para a população idosa sem seguridade social contributiva: muitas vezes, como resultado de carreiras profissionais com longos períodos de informalidade, bem como por terem sido vítimas de crises ou de longos períodos de desemprego, os idosos se encontram em uma situação em que não se qualificam para obter a proteção contributiva. Isso os coloca em uma posição de grande vulnerabilidade e em risco de pobreza ou pobreza extrema.
- Fortalecimento de coalizões estratégicas com entidades públicas e privadas: as parcerias público-privadas provaram seu valor ao ajudar a

melhorar as condições da sociedade em geral e dos grupos mais vulneráveis em particular. A gestão pública não deve esquecer a importância de manter uma cooperação estreita com o setor privado na implementação da Agenda 2030, o que teria um impacto positivo na sociedade. Uma das ações que podem ser tomadas é o uso de equipes de recursos compartilhados, ou telemedicina, para levar a proteção da saúde às áreas rurais mais inacessíveis.

- Cuidado com o meio ambiente, em termos do uso de materiais e recursos naturais: um dos pilares da Agenda 2030 é a proteção do meio ambiente e a conquista de um planeta sustentável. A gestão pública não deve ficar alheia a isso e deve ser um exemplo de bom uso dos recursos naturais. Para isso, pode-se promover as compras ecológicas por meio da conscientização do público e da promoção de políticas públicas que reduzam o uso de materiais de uso único e facilitem o uso de materiais recicláveis/reutilizáveis.
- Melhorar as competências de atendimento obstétrico de emergência de 90% dos profissionais de saúde a curto prazo: isso contribuiria para a redução da mortalidade materna e infantil, conforme estabelecido na meta 3 do ODS 3. A atualização periódica da equipe responsável por esse serviço é a base do seu sucesso.

- Aumentar a cobertura da população pelos sistemas de proteção social: para atingir o objetivo de que todos os cidadãos necessitados recebam a proteção social adequada à sua situação, é necessário dedicar recursos públicos, não apenas financeiros, mas também humanos e materiais, e é nesse ponto que a gestão pública demonstra sua grande importância.
- Garantir o acesso à proteção da saúde para a população rural: para garantir que toda a população tenha um nível adequado de saúde, os serviços de saúde devem estar mais próximos de todos os territórios, o que, em muitos países, é um grande desafio devido à sua configuração territorial. Consequentemente, isso exige o envolvimento efetivo das instituições governamentais competentes.
- Educação em seguridade social: a melhor maneira de conscientizar todos os cidadãos sobre seus direitos e obrigações é por meio da educação, e a seguridade social não está alheia a essa necessidade de ser conhecida. Assim, ao incluir a matéria no currículo escolar, as crianças começariam a aprender sobre o estado de bem-estar social.

Todas as propostas são consideradas mensuráveis e factíveis e, portanto, podem ser implementadas com as adaptações necessárias às circunstâncias específicas de cada país.

CONCLUSÕES

A Agenda 2030 é uma prioridade para muitos países, o que é demonstrado pelas boas práticas, ações e iniciativas significativas que são implementadas de forma consistente e sustentada ao longo do tempo. Afetado pelas consequências da pandemia, bem como pela atual situação geopolítica, o escopo de seus objetivos foi bastante comprometido, mas isso não impede a vontade de fazer mais progressos.

A preocupação com a melhoria das condições de vida dos cidadãos, o cuidado com o planeta, a luta contra a desigualdade e as injustiças que isso causa continuam sendo o foco da preocupação política e social e, por isso, é essencial que, apesar das dificuldades e do grande desafio que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam, nos anos que faltam até o prazo final em 2030, seja feito o máximo de progresso possível e sejam superadas as circunstâncias que colocaram esses objetivos em xeque.



Apesar do fato de que, nos últimos anos, a validade dessas metas tenha sido questionada, pois se considera que elas podem afetar a competitividade e a produtividade, a essência da Agenda 2030 permanece intacta, conforme demonstrado pelas boas práticas expostas pelos participantes deste Workshop. Sem prejuízo do interesse em atingir todas as metas, foi manifestada uma grande preocupação com os objetivos 1. Fim da pobreza, 3. Saúde e bem-estar, e 5. Igualdade de gênero; esses também estão diretamente ligados ao objetivo 17, pois o estabelecimento e a gestão de parcerias são cada vez mais importantes para atingir essas metas. Em um mundo cada vez mais globalizado, onde as interconexões são uma realidade, é essencial ter em mente que sozinhos podemos chegar lá, mas juntos podemos ir mais longe.

Como as ações a serem desenvolvidas para atender à Agenda 2030 são voltadas para toda a população e muitas vezes exigem uma visão e perspectivas integradas, a gestão pública é colocada no centro das medidas, decisões, investimentos e adaptações necessárias para não deixar ninguém para trás. Por esse motivo, e com o ano de 2030 cada vez mais próximo, a disseminação da importância de progredir no cumprimento das metas dos ODS, bem como seu impacto na melhoria da vida de todos os cidadãos, no contexto da gestão pública, está se tornando cada vez mais necessária. O papel da gestão pública é crucial nesse caminho para o objetivo final.

REFERÊNCIAS

- Agenda 2030. www.agenda2030.gob.es
- Manos Unidas. www.manosunidas.org
- Organização das Nações Unidas (ONU). www.un.org
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). www.ilo.org



Secretaria Geral

c/Velázquez, 105. 1.ª andar

28006 Madri, Espanha

E-mail: sec.general@oiss.org

www.oiss.org



Com o apoio de

